



PODER

PF investiga ameaças a técnicos da Anvisa

Servidores são alvo de ataques por aval à vacina contra covid-19 para crianças. Aras diz ter adotado medidas para proteger funcionários

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Federal anunciou a abertura de inquérito para investigar as ameaças contra a diretoria técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os ataques aumentaram desde que o órgão liberou a vacinação contra a covid-19 para crianças de 5 a 11 anos. A apuração está sob a responsabilidade da Superintendência do Distrito Federal. Ontem, integrantes da agência receberam e-mails com mais ameaças de agressões. Ao **Correio**, servidores relataram temer pela própria vida.

“Eles dizem que não vamos viver em paz”, contou uma funcionária, que preferiu não se identificar por questão de segurança. Ela também criticou a demora das instituições acionadas em preservar a integridade dos servidores.

Mais cedo, o procurador-geral da República, Augusto Aras, enviou um ofício ao presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, afirmando que determinou a “adoção de providências” para “assegurar a proteção” dos servidores. Ele, porém, não detalhou as medidas.

O posicionamento de Aras ocorreu após a agência encaminhar um ofício à Procuradoria-Geral da República, ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ao Ministério da Justiça, à Diretoria-Geral da Polícia Federal e à Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal.

A escalada das ameaças a diretores foi relatada no último domingo, poucos dias após o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmar que divulgaria o nome dos responsáveis pela aprovação da vacinação infantil contra o novo coronavírus. O chefe do Executivo já vinha criticando o uso de imunizante em jovens.

“Eu pedi, extraoficialmente, o nome das pessoas que aprovaram a vacina para 5 a 11 anos. Nós queremos divulgar o nome dessas pessoas”, afirmou Bolsonaro, durante sua live semanal. “A responsabilidade é de cada um. Mas agora mexe com as

Pedro Gontijo/Senado Federal



Pacheco classificou como “inaceitável” a intimidação dos servidores da Anvisa, que tomaram uma decisão com base na ciência



É lamentável que haja esse tipo de politização capaz até de levar a discussão às raias de intimidações e ameaças desse tipo. Isso é intolerável”

Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

crianças, então, quem é responsável por olhar as crianças é você, pai. Eu tenho uma filha de 11 anos de idade e vou estudar com a minha esposa bastante isso aqui”, acrescentou.

Reações

A perseguição a técnicos da Anvisa causou reações no Judiciário e no Legislativo. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), repudiou os ataques e cobrou um posicionamento das autoridades.

“A perseguição aos técnicos da Anvisa é uma vergonha nacional. Mostra como o discurso do ódio chegou a níveis alarmantes no país”, criticou, nas redes sociais. “Aos servidores da agência,

expresso minha solidariedade. Conclamo que as autoridades policiais investiguem e garantam a segurança das famílias.”

Por sua vez, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também manifestou apoio aos servidores. “É inaceitável qualquer intimidação ou ameaça em função de decisões que são tomadas livre e autonomamente por uma agência reguladora, a partir de critérios técnicos e científicos, de processos que são por eles conhecidos, e decisões que são tomadas à luz dessa técnica”, enfatizou.

Pacheco ainda criticou a “politização” da vacinação nessa faixa etária. “É lamentável que haja esse tipo de politização capaz até de levar a discussão às raias

de intimidações e ameaças desse tipo. Isso é intolerável”, destacou.

No domingo, ao informar que pediu proteção policial aos seus integrantes, a agência manifestou que “não é possível afastar, neste momento, que tais servidores sejam alvo de ações covardes e criminosas”.

Num trecho do ofício enviado a autoridades, a Anvisa destacou: “Esses fatos aumentaram a preocupação e o receio dos diretores e servidores quanto à sua integridade física e de suas famílias e geraram evidente apreensão de que atos de violência possam ocorrer a qualquer momento”.

Leia mais sobre vacinação contra a covid-19 para crianças na página 6

Senadores criticam

Senadores criticaram o presidente Jair Bolsonaro (PL) pela intenção de divulgar os nomes dos técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que aprovaram a autorização para que a vacina da Pfizer contra a covid-19 seja aplicada em crianças de cinco a 11 anos.

Integrantes da Frente Parlamentar Observatório da Pandemia emitiram, ontem, uma nota em solidariedade à Anvisa, alertando para as ameaças que os servidores dessa agência vêm sofrendo após as recentes declarações de Bolsonaro.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, também foi criticado por senadores por ter apoiado, ontem, a intenção de Bolsonaro de divulgar os nomes dos técnicos da Anvisa (**leia reportagem na página 6**).

Na nota, a frente parlamentar — da qual fazem parte os senadores Omar Aziz (PSD-AM), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Renan Calheiros (MDB-AL), entre outros — declara que, “mais uma vez, o presidente Bolsonaro, na falta de fundamentos científicos para responder à decisão da Anvisa, recorre às fake news, ao ódio e à incitação à violência, colocando em risco a vida e a integridade física dos servidores técnicos e qualificados da agência, em atitude abertamente fascista, como tem sido o costume em todo o seu governo e, em especial, durante o enfrentamento à pandemia”.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) cobrou do Congresso a manifestação de repúdio à “agressão e perseguição” aos técnicos da Anvisa. Para o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), “o próprio presidente da República estimulando ameaças contra servidores que apenas estão cumprindo suas missões técnicas, alinhados com as principais agências do mundo, é postura típica das milícias, que usam força e intimidação para impor vontades”. (Agência Senado)

Cai decisão que afastou presidente do Iphan

» TAÍSA MEDEIROS

A Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu, ontem, a liminar que determinou, no último sábado, o afastamento da presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Larissa Rodrigues Peixoto Dutra. O desembargador Theophilo Antonio Miguel Filho, presidente em exercício do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), declarou, na decisão, que o afastamento poderia causar “inegáveis prejuízos às atividades administrativas e às políticas públicas de competência da autarquia”. O desembargador analisou um recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU).

O afastamento de Larissa Dutra tinha sido determinado a pedido pelo Ministério Público Federal (MPF) e do secretário municipal de Governo e Integridade Pública do Rio de Janeiro, Marcelo Calero, depois de o presidente

Jair Bolsonaro confessar que trocou o comando do órgão devido a uma reclamação do empresário Luciano Hang contra o instituto.

O chefe do Executivo disse ter “ripado” funcionários do Iphan que interditaram uma obra, no Rio Grande do Sul, do proprietário da rede Havan de lojas de departamentos, em 2019. A interdição havia ocorrido porque, no local, foi encontrado um possível sítio arqueológico, com restos de utensílios de uma comunidade ancestral.

“Tomei conhecimento que uma obra, uma pessoa conhecida, o Luciano Hang, estava fazendo mais uma loja, e apareceu um pedaço de azulejo durante as escavações. Chegou o Iphan e interditou a obra”, relatou Bolsonaro no último dia 14, no evento Moderniza Brasil, realizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). “Liguei para o ministro da pasta (e perguntei): ‘Que trem é esse?’.

Porque eu não sou tão inteligente como meus ministros. ‘O que é Iphan?’. Explicaram para mim, tomei conhecimento, ripei todo mundo do Iphan. Botei outro cara lá. O Iphan não dá mais dor de cabeça pra gente”, acrescentou, sob aplausos.

A decisão que suspendeu Larissa Dutra das funções, até o julgamento do mérito, foi assinada pela juíza Mariana Tomaz da Cunha, da 28ª Vara Federal do Rio de Janeiro.

Dutra tomou posse em junho de 2020, após reclamação de Bolsonaro sobre a atuação do órgão na época. O caso envolvendo a presidente do instituto corre na Justiça desde o ano passado, mas voltou à pauta por conta da declaração do chefe do Planalto.

Na última quinta-feira, em live, Bolsonaro se justificou sobre a interferência no instituto. “Mandeí investigar e cheguei à conclusão de que o pessoal do Iphan teria de ser trocado”, disse.

Gabriel Albuquerque/MRE



Memória

Nomeação contestada

A escolha da turismóloga Larissa Peixoto — casada com um dos seguranças de Jair Bolsonaro na campanha presidencial de 2018 — para comandar o Iphan vem sendo contestada desde a sua nomeação. Isso porque ela tem graduação em turismo e não possui qualquer experiência anterior na área de patrimônio histórico. Entidades de arquitetos e urbanistas chegaram a lançar um manifesto para repudiar a indicação por falta de requisitos técnicos para o cargo. Dutra já havia sido impedida de assumir o cargo, mas a liminar também foi cassada quando chegou ao TRF-2.

Larissa foi colocada no cargo depois da “ripada” de Bolsonaro no Iphan